



**(In)segurança pública
e violência urbana:
desafios e perspectivas**



(In)segurança pública e violência urbana: desafios e perspectivas

Salvador, março de 2014

Brot
für die Welt



Expediente

Pão para o Mundo

Cristina Esser
Luciano Wolff
Mathias Fernsebner
Martina Winkler
Tina Kleiber

ELO Ligação e Organização

Fátima Nascimento
Maria Elisa Huber Pessina

Instituto Superior de Estudo da Religião

Pedro Strozemberg
Fernanda Pradal
Tiago Régis
André Rodrigues

Publicação

Organização: Fátima Nascimento
Capa, projeto gráfico e diagramação: Rômulo Garcias
ilustração de capa: João Pinheiro
Fotos do evento: Anna Cláudia Lins

Elo Ligação e Organização

Rua Lucaia, 295, sala 204
Edifício Empresarial Lucaia
Bairro Rio Vermelho
Cep 41.940.660
Salvador - Bahia - Brasil
Fone: 71 3186 2081

www.elobrasil.org.br

SUMÁRIO

11	Apresentação
31	1. Violência e segurança pública no Brasil: algumas questões para uma agenda de debate e intervenção <i>André Rodrigues</i>
22	Adolescência, violência e criminalidade <i>Max André Costa</i>
24	Complexo da Maré: Organização e resistências <i>Tiago Régis</i>
26	Segurança Pública e o impacto na vida das mulheres <i>Mércia Alves</i>
29	2. Megaeventos e Megaempreendimento e seus impactos nas cidades no Brasil: Conjunturas, desafios e perspectivas <i>Fernanda Pradal</i>
37	3. Ações e Articulações: Fortalecimento institucional de PPM e parceiras <i>Tiago Régis</i>
39	4. Anexos Lista de participantes Agenda do evento

Esta publicação é dedicada à memória de **Alex e Cláudia.**



Ser favelado é ser soldado de bandeira nenhuma
Desconfiar dos dois lados sem temer coisa alguma
Nasceu no meio da guerra então se acostuma
...Mas todos tão aí sem direção
Ninguém mais é semelhante...
Pouco importa agora o que cê sinte
Nós até faz bastante plano pra quem raramente chega aos trinta
Os preto é os únicos que morre sem causa irmão...

*(trechos da letra do RAP Soldado de Bandeira Nenhuma,
de autoria de Emicida)*



Apresentação

Este texto tem como objetivo socializar, para o público interessado na questão dos direitos humanos, as principais reflexões ocorridas na Oficina (In)segurança Pública e Violência Urbana, realizada nos dias 28 e 29 de outubro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, por Brot für die Welt (Pão para o Mundo) e que contou com representantes de 20 organizações parceiras da agência no Brasil. Não se trata de apresentar uma memória do evento, mas sim, compartilhar as principais reflexões, questões e inquietações do debate, de forma a contribuir com o diálogo na sociedade civil e desta com o Estado, com vistas a busca de caminhos que apontem para a superação da violência e a garantia do direito à cidade.

O tema da violência urbana não é exatamente novo. Há muito inquieta as organizações brasileiras. Ainda nos anos 80, o movimento de direitos humanos já discutia a desmilitarização da polícia. A violência contra a mulher e contra a criança e adolescente tem sido bandeiras de lutas travadas também a mais de 20 anos. A disputa pelo espaço urbano e a luta pelo direito à cidade tem mobilizado movimentos e organizações desde o início do processo de industrialização brasileira.

Então, o que há de novo no debate? Basicamente, a ostensiva mercantilização da cidade (e por que não dizer, da vida nessa), sob os auspícios do Estado e das suas polícias, que segrega e oprime a população menos favorecida, em especial os jovens negros, como indicam os mapas da violência (o que também pode ser constatado por uma rápida passada de olhos pelos jornais).

A nova forma de apropriação das cidades, sintetizados pelos megaprojetos e megaeventos, e a violência (policial, institucional, doméstica, sexual, urbana, étnica) tem sido dois temas recorrentes em nossa atualidade e estiveram presentes na pauta das manifestações de 2013, que começaram em março como contestação ao aumento da tarifa do transporte público e ganharam adesão nacional após a violenta repressão policial ao ato convocado pelo Movimento Passe Livre, na cidade de São Paulo, em 13 de junho do mesmo ano.

A oficina se constituiu, pois, em um espaço de troca de conhecimento e proposições sobre possíveis ações de enfrentamento da problemática.

Como parte do evento, na manhã de 29 de outubro de 2013 ocorreram in-

tercâmbios de experiências entre as organizações participantes da oficina com as organizações e grupos locais (do Rio de Janeiro) a partir de suas realidades. Foram realizadas 2 visitas, organizadas de acordo com o tema de cada Grupo de Trabalho [GT]: o GT Megaeventos e Megaprojetos e seus impactos sobre as cidades visitou a Aldeia Maracanã, localizada no entorno do Complexo do Maracanã, Zona Norte da cidade, e o GT Segurança Pública e seus impactos em grupos específicos: juventude e mulheres o Complexo da Maré, conjunto de 16 favelas localizado às margens da Avenida Brasil.

O texto que segue, como assinalado, é uma síntese das principais reflexões e questões debatidas nos dois dias da oficina e está organizado em dois artigos, o primeiro deles sobre a violência urbana e o segundo sobre os impactos do megaeventos e megaprojetos para as cidades e logicamente, seus moradores. Intermediando os dois artigos, são apresentados três breves relatos, sobre a criminalização da adolescência e juventude, a dinâmica de organização e resistência no Complexo da Maré e sobre a questão de gênero, violência e cidade. Ao final, são apresentados uma síntese dos desafios identificados pelo conjunto dos participantes da oficina, bem como os encaminhamentos sugeridos tanto para os participantes como para a agência promotora.

Na oportunidade agradecemos as colaborações do Observatório de Favelas, da Redes de Desenvolvimento da Maré, do Grupo Conexão G, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro que receberam os participantes e se dispuseram a dialogar sobre suas experiências, lutas, desafios e vitórias.

À Professora Dra Regina Novaes, nosso agradecimento pela disponibilidade em participar do debate, como pelas importantíssimas contribuições e reflexões que oportunizou na primeira sessão do evento.

Como também queremos expressar nossa mais profunda gratidão a André Rodrigues, Fernanda Pradal, Pedro Strozemberg e Tiago Régis, da equipe do Instituto de Estudos da Religião (ISER), bem como a Evanildo Barbosa (Fase), Max André Costa (Unipop), Joana e Sandra Quintela (PACS) e Mércia Alves (SOS Corpo) que conosco assumiram o desafio de organizar e realizar a oficina.

Esperamos que a oficina, bem como o documento ora socializado, se constituam em mais um estímulo ao trabalho cotidiano das organizações e movimentos sociais com vistas a construção de uma sociedade justa.

Equipe para o Brasi de PPM e ELO Ligação e Organização

1. Violência e segurança pública no Brasil: algumas questões para uma agenda de debate e intervenção¹

Desde os anos 1980, o tema da violência ganhou espaço no debate público Brasileiro. Este período coincide com a escalada dos números sobre violência letal.² Foi nesta época também que o controle territorial por grupos armados passou a compor o cotidiano das favelas, periferias e espaços populares brasileiros. A postura inicial da opinião pública em relação a esta questão foi composta por elementos que contribuíram para um acirramento da violência: a adoção de uma abordagem meramente reativa e repressiva como resposta ao fenômeno da violência. Esta forma de tratar a questão ainda opera como fundamento de posicionamentos conservadores que frequentemente persistem na condução desses assuntos, mesmo diante de alguns avanços. Esta postura reativa e repressiva decorre da crença de que a melhor forma de combater a violência é a mobilização do aparato policial a partir de uma postura que não regula nem limita o uso da força: pelo contrário, preconiza e estimula o seu uso excessivo e irracional e, por isso, arbitrário³.

Esse padrão desencadeia algumas consequências perversas para o tratamento das políticas públicas de segurança no Brasil e mesmo para nossa democracia. A postura repressiva e reativa traz em seu bojo um repertório de estigmas e preconceitos que recaem preferencialmente sobre os setores pobres e marginalizados da sociedade implicados no problema: tanto jovens moradores de favelas e espaços populares como policiais, na maioria também jovens e pobres. A narrativa mé-

dia desta postura está atravessada pela fórmula "Bandido bom é bandido morto!" celebrizada por um político brasileiro que construiu sua carreira sobre a plataforma da lógica repressiva como modo de lidar com a violência. Temos, dessa maneira,



¹ Texto elaborado por André Rodrigues, a partir das discussões do painel realizado no primeiro dia da oficina. O autor é pesquisador associado do ISER, doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ, pesquisador do Laboratório de Estudos Hum(E)anos – L(E)H-UFF e do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa – OPLOP-UFF.

² Ver Waiselfisz (2013).

³ Ver Cano (1997).

uma narrativa que, ao mesmo tempo em que descreve o jovem morador de áreas populares como potenciais criminosos e inimigos públicos desprovidos de qualquer instância de cidadania, define o trabalho policial como uma fria máquina de matar. Ainda há programas televisivos que mobilizam sem pudores a fórmula repressiva como modo de falar da violência e certo político paulistano da direita tradicional, há pouco, veiculou em sua propaganda como potencial candidato às próximas eleições que no tempo dele "Era a ROTA na rua!"⁴

Como corolário dessa maneira de qualificar as polícias, resulta um cenário no qual estas instituições operam de acordo com um ethos profissional que não se enquadra nas prerrogativas esperadas das agências do estado democrático de direito. As polícias brasileiras, em sua maioria, não foram fundadas no contexto da ordem democrática e ainda há muito que fazer, desde a Constituição de 1988, para enquadrá-las em marcos efetivamente republicanos⁵. O efeito mais grave da convergência entre instituições policiais desalinhadas com os marcos democráticos e a difusão de armas de fogo num contexto de conflagração da violência urbana são as elevadíssimas taxas de mortes por causas externas no Brasil. Segundo o último Mapa da Violência⁶, foram assassinadas em 2011, mais de 50 mil pessoas. Desde 1980 até 2011 mais de 1 milhão de pessoas morreram assassinadas no Brasil.

O quadro que permanece predominante acerca das questões da violência e da segurança pública no Brasil é marcado pela escassez de políticas públicas na área, pela irracionalidade das ações do Estado e pelo esvaziamento do debate

público qualificado sobre o tema, tanto à direita como à esquerda do espectro político. Somente a partir de meados dos anos 1990, passa a haver uma emergência de estudos sistemáticos sobre a violência e a segurança pública no Brasil. A partir de então, o debate público começa a pressionar o Estado Brasileiro pela criação de políticas públicas consistentes na área da segurança e se estabelece o debate sobre a necessidade da consolidação de um paradigma da prevenção da violência que se oponha à abordagem reativa e repressiva. Com uma releitura do que está estabelecido do Artigo 144 da Constituição Federal, passa-se a discutir um realinhamento do pacto federativo em torno da segurança pública no qual os Estados deixem de ser responsáveis exclusivos por essa agenda e os governos federal e municipais passem a identificar seus papéis na gestão da segurança e na prevenção da violência. É no bojo dessa discussão que a criação de um Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e de uma Política Nacional de Segurança Pública se torna central. Estas duas instâncias provocariam o alinhamento das esferas federativas em torno da construção de políticas públicas de repressão e prevenção das violências pautadas no planejamento e na adoção de marcos democráticos de atuação, como o controle externo, a integração e publicidade de informações e a participação popular. Alinhada a este processo, ocorre, em 2009, a Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª Conseg) e, em 2010, é iniciado o primeiro mandato do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp). Estes acontecimentos inauguraram a participação oficial da sociedade civil na construção de políticas públicas de

4 A ROTA é a sigla para do 1º Batalhão de Polícia de Choque Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, é uma tropa de ações táticas, que e traz o nome do Presidente da Província de São Paulo que fundou a Polícia Militar em 1831. Segundo o Site da ROTA, o Batalhão participou da Guerra de Canudos, em 1897, na ofensiva final que derrotou Antônio Conselheiro. O Primeiro Batalhão da Polícia Militar Tobias de Aguiar participou ainda da Campanha do Vale do Ribeira do Iguape, em 1970, contra a guerrilha comandada por Carlos Lamarca. No dia primeiro de dezembro daquele ano, o Batalhão adota a boina negra, que passa a ser símbolo da tropa que em 15 de outubro passou a ser chamada de Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, a ROTA (<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/1bpchq/boinas.htm>)

5 Ver Bretas (1998).

6 Waiselfisz (2013).

segurança. Os resultados desses adventos, entretanto, ainda são muito tímidos. As deliberações da 1ª Conseg foram pouco eficazes para pautar a agenda federal na área e a atuação do primeiro mandato do Conasp teve resultados pouco expressivos, com fraco poder de incidência sobre a política federal de segurança. O SUSP não chegou a se consolidar e as políticas públicas do Ministério da Justiça nos últimos três anos dialogam cada vez menos com os parâmetros do paradigma da prevenção e da construção de uma Política Nacional de Segurança Pública nele inspirada.⁷



As respostas do poder público para o fenômeno da violência no Brasil seguem aquém da envergadura do problema. Ainda que no Sudeste as taxas de homicídios tenham estabilizado nos últimos anos, as demais regiões apresentam elevação dos índices, com destaque para o Norte e o Nordeste do país, com um crescimento de 113,8% e 83,7% (tem números concretos de homicídios em 2013

7 Exemplo desse processo é a desestruturação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronaspi). Ver INESC (2012).

8 Waiselfisz, (2013).

9 Ver Melo e Cano (2012).

10 É importante não perder de vista que há outras questões urgentes em relação à violência no Brasil que também mereceriam destaque. Podemos citar o processo de interiorização da violência, a partir do qual cidades de pequeno e médio porte passam a perceber um aumento dos índices de criminalidade, ou ainda a situação do sistema prisional brasileiro, que reúne uma das maiores populações carcerárias do planeta vivendo em condições precárias, e cuja ineficiência restaurativa promove, por retroalimentação, um grave esvaziamento de significado e eficácia para todo o restante do sistema de justiça criminal. Tratar destas questões, entretanto, excede os interesses do presente artigo e o distanciaria do escopo reflexivo proposto nesta publicação.

?), respectivamente, das taxas de homicídios, desde 2001 até 2013.⁸ O decréscimo dos homicídios no Sudeste, além disso, não se verifica se observamos os números para a população jovem e negra, o que revela que as dinâmicas de desigualdade racial possui impacto considerável nestes índices. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) mostra, neste sentido, que as chances de um adolescente negro ser assassinado é três vezes maior que de um branco⁹. A violência no Brasil tem assumido contornos que ampliam o debate para além da questão das dinâmicas criminosas e dos padrões de policiamento nas favelas dos grandes centros urbanos. As áreas de fronteira e as cidades do interior possuem vetores da violência que são permeados por questões como a prostituição infantil, o tráfico de pessoas, as rotas internacionais de tráfico de drogas, os acidentes de trânsito e o suicídio. Por estas questões que a violência tem que ser tratada no plural, como um fenômeno complexo e atravessado por muitas variáveis intervenientes.

Três aspectos das dinâmicas contemporâneas das violências e da segurança pública no Brasil estão, entretanto, no centro do debate¹⁰: o policiamento em espaços populares, como ênfase na violência que atinge jovens negros do sexo masculino, a violência policial nas recentes manifestações que tiveram o mês de junho de 2013 como marco e as dinâmicas de violência que são desencadeadas no arraste dos megaprojetos.

As práticas policiais em favelas e espaços populares brasileiros, em correlação com o modelo repressivo e reativo

da condução das políticas de segurança pública no Brasil, se consolidaram em um padrão que se caracteriza pela imprevisibilidade das ações, por sua irracionalidade e pelo emprego arbitrário e excessivo da força.

Com débil investimento no flanco do policiamento investigativo, as polícias brasileiras adotaram o padrão das incursões policiais como forma preferencial de policiamento em favelas. Tais incursões são levadas a cabo, em geral, pela tentativa de tirar vantagem do “elemento surpresa” e, assim, encontrar criminosos em situação de vulnerabilidade, ou pela reação a algum confronto em andamento. Em ambos os casos elas operam pela lógica da imprevisibilidade. Para as pessoas que vivem nas favelas e em outras áreas em que o modelo de incursão vigora o efeito dessas práticas de policiamento é a imersão da vida cotidiana no signo da imprevisibilidade¹¹. A qualquer momento suas vidas podem estar em risco real e iminente.

A irracionalidade das ações também é consequência desse padrão: as justificativas para as incursões que são veiculadas no noticiário e nas notas oficiais das polícias trazem majoritariamente as fórmulas “para cumprimento de mandatos de prisão”, “para captura de traficantes e apreensão de armas e drogas” ou “para intervenção em conflito entre facções rivais”. Não costumam haver, entretanto, quaisquer prestações de contas sobre os resultados dessas ações para além dos números imediatos de prisões, de mortes, de armas e drogas apreendidas. Não se sabem os custos dessas incursões, o impacto para a redução dos índices de violência e criminalidade e, principalmente, o quanto elas melhoram e tornam mais

seguras as vidas das pessoas que moram nas áreas em que elas ocorrem. O que testemunhamos é que a escalada dos índices de violência, pelo contrário, coincidem com o acirramento do padrão da incursão policial com o confronto como prioridade.¹² No próprio jargão policial é frequente que se expresse a irracionalidade destas práticas de policiamento pela expressão “enxugar gelo”.

Mobilizados e autorizados para a ação aguda em termos do uso da força – trata-se de ir ao campo para o confronto armado – os policiais atuam no fio que facilmente é transpassado para o terreno do uso arbitrário e brutal da violência. O combate armado como rotina apaga as prerrogativas que autorizam e controlam o uso da violência pelas instituições policiais: predomina o matar ou morrer como narrativa que orienta e dá sentido à atuação policial. É dessa forma que o ethos guerreiro, que Zaluar (2005) utiliza para compreender o significado da atuação de homens jovens no varejo do tráfico de drogas no Brasil, também opera como aspecto simbólico profundamente consolidado no imaginário e na cultura profissional das polícias brasileiras.¹³

Outro efeito deste quadro é um perigoso jogo metonímico: o criminoso armado envolvido no varejo do tráfico de drogas se torna metonímia do morador de favela e o policial violento e arbitrário se torna metonímia do Estado. **Quando este jogo converge com o estabelecimento de uma narrativa do tipo amigo-inimigo, temos um dos principais gargalos da segurança pública no Brasil: o policial tem o morador de favela como inimigo e criminoso a priori e o morador de favela tem o policial como inimigo e único rosto visível de um Es-**

11 A este respeito ver Machado da Silva (2008).

12 A este respeito ver Cano (1997) que mostra como o período da “gratificação faroeste” – bonificações por bravura que, na prática, eram mensuradas em números de criminosos mortos, que foi oferecida pelo governo de Marcelo Alencar no Estado do Rio de Janeiro, nos anos 1990 – coincidiu com a deflagração das taxas de violência letal.

13 As generalizações aqui pretendem mais dar conta de descrever um padrão e um cenário das práticas policiais que contribuir para o cenário desfavorável da violência do Brasil do que descrever as particularidades concretas das nossas instituições policiais. Trata-se, quase, da caracterização de um tipo ideal que serve mais de parâmetro compreensivo para as práticas concretas do que de descrição delas.

tado desigual e injusto. Sabemos que apenas uma minoria de jovens moradores de favelas tem alguma relação com as atividades ilícitas do varejo do tráfico de drogas. Também não é verdadeiro que o Estado só esteja presente nas favelas pela atuação das polícias: escolas, creches, postos de saúde, centros de assistência social estão com frequência instalada em favelas e também compõem um repertório de serviços que compartilham das mazelas da prestação de bens públicos que nosso Estado costuma dar aos seus cidadãos. Resulta deste cenário um quadro no qual as favelas são descritas pela opinião pública e pelos veículos de comunicação como lugares de perigo e como uma ameaça para as cidades. Este mesmo discurso caracteriza a polícia como uma máquina repressiva e violenta que deve manter estes espaços sob controle. Os estigmas que decorrem dessas narrativas recaem sobre os sujeitos concretos implicados nesse cenário que são descritos como marginais ao convívio urbano das cidades brasileiras: favelados e policiais.¹⁴ Não é

ao acaso, portanto, que jovens, negros e moradores de favelas e espaços populares são as principais vítimas de violência letal no Brasil nas últimas décadas e também compõem a maioria da população carcerária brasileira (o encarceramento, como sabemos, é uma espécie de morte). Também não é coincidência que este perfil predomine nos contingentes policiais brasileiros.

Tendo em vista que esta situação é protagonizada e operada cotidianamente por agentes do Estado, e sabendo-se que a previsibilidade, a racionalidade e o controle da violência são prerrogativas das instituições democráticas, temos a dimensão do quanto este padrão de policiamento produz efeitos perniciosos para a consolidação da democracia brasileira e, principalmente, para as vidas das pessoas que moram em favelas.

Este é um campo rarefeito de ações que proponham alguma mudança de horizontes. Talvez por isso as Unidades de Polícia Pacificadora, que surgiram no Rio de Janeiro a partir do final do ano de 2008,



14 É vasto o repertório de apelidos degradantes que se aplicam aos moradores de favelas e aos policiais brasileiros. O próprio termo “favelado” carregou durante muito tempo uma carga negativa, quase um xingamento. Os policiais são chamados de “porcos fardados”, “vermes” etc.

tenham tido uma atenção tão grande da opinião pública nos últimos anos. Estas unidades se caracterizam pela proposta de ocupação e retomada do controle territorial dos espaços que antes eram controlados por grupos criminosos sem que se priorize o confronto e a coerção à atividade do tráfico de drogas. Elas também se afastam do padrão de incursão que opera pela lógica da entrada, do confronto e da retirada. A polícia passaria, dessa forma, a ser uma presença permanente e próxima da população nas áreas abrangidas pelas UPPs, como preconiza o modelo de policiamento no qual se inspiram denominado como “policiamento de proximidade”. Existem, atualmente, trinta e quatro UPPs instaladas no Rio de Janeiro com mais de oito mil policiais.¹⁵

Tanto os meios de comunicação como os órgãos oficiais do Estado trataram as UPPs como um projeto inovador e muito bem-sucedido. Foi tão intensa e imediata a definição das UPPs como um caso de sucesso da segurança pública no Rio de Janeiro que a, então, candidata a presidência do Brasil, em 2010, Dilma Rousseff, definiu como uma de suas propostas de campanha a expansão das UPPs para mais Estados. As imagens da ocupação do Complexo do Alemão que antecedeu a instalação da UPPs naquela localidade, transmitidas ao vivo por diversos canais de televisão que, inclusive, interromperam sua programação regular para a cobertura, com o hasteamento das bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro pelas polícias, ganharam o mundo. A propaganda institucional do Governo do Estado, então, procurou tratar as UPPs como uma virada de página na segurança pública no Rio de Janeiro. Se, por um lado, esta retórica garantiu apoio público e estabilidade política para as UPPs, por outro, ela deixou pouco espaço para

o monitoramento crítico da sociedade e para o próprio processo de consolidação, avaliação e aperfeiçoamento antes da expansão para um número significativo de áreas da cidade.

No que diz respeito a ganhos em termos de previsibilidade, racionalidade e controle da violência armada, as UPPs têm sido relativamente bem-sucedidas. A opção pela permanência sem a prioridade do confronto e da repressão ao tráfico de drogas interrompe o ciclo vicioso do policiamento de incursão violenta nas favelas, confronto e retirada ao término das operações policiais. O principal efeito percebido quase imediatamente nas áreas que receberam UPPs é a interrupção (na maioria dos casos), ou drástica redução, dos confrontos armados. A presença permanente da Polícia Militar nas áreas ocupadas, entretanto, desencadeia outros problemas.¹⁶

Há, em primeiro lugar, uma memória da violência policial nas favelas que não esmaece no mesmo ritmo em que cessam os tiroteios. O policiamento de proximidade requer que haja uma relação cooperativa entre a polícia e os moradores das áreas patrulhadas. São muitos, entretanto, os gargalos que impedem que moradores de favela e policiais estabeleçam pontes de cooperação mútua.

Um dos principais entraves para a construção dessas pontes é, em segundo lugar, certa indefinição no mandato da atividade policial nas UPPs que ainda permanece mesmo depois de quase cinco anos da inauguração da primeira unidade. O decreto que institui as UPPs¹⁷ é pouco preciso em relação ao estabelecimento desse mandato. O programa que define essas diretivas foi recentemente elaborado, mas ainda não está difundido no cotidiano das atividades das unidades. Ainda que o Comando de Polícia Pacifi-

¹⁵ Ver: <http://www.upprj.com/>. Não será possível nos limites deste artigo fazer uma descrição detalhada e suficiente das UPPs e das questões que se articulam com elas. Propomos a consulta, a este respeito, dos trabalhos de Cano (2012) e Rodrigues e Siqueira (2012).

¹⁶ Não pretendemos esgotar o rol de questões e problemas que são desencadeados pelas UPPs por conta dos limites deste artigo. Sinalizaremos, entretanto, aqueles que consideramos mais importantes.

¹⁷ Decreto Nº 42.787, de 6 Janeiro de 2011. Governo do Estado do Rio de Janeiro.

cadora (CPP) procure centralizar e uniformizar a gestão, na prática, o policiamento nas UPPs varia muito de unidade para unidade e mesmo em diferentes plantões de uma mesma unidade.¹⁸ Não foi exatamente uma surpresa para aqueles que têm se dedicado às pesquisas sobre as UPPs que em uma unidade, cujo comando era exercido por um oficial oriundo do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), tenha havido um caso de tortura e ocultação de cadáver como o de Amárido, que ganhou projeção no noticiário nacional. Isto fragiliza as relações com os moradores das áreas ocupadas porque amplia as desconfianças a respeito do policial que já figura, e com razão, como persona non grata no imaginário das favelas. O discurso de um novo policiamento, portanto, está a todo o tempo posto em xeque por práticas policiais que se aproximam do policiamento tradicional.

Outro problema é, em terceiro lugar, o fato de que ainda não está consolidada uma cultura profissional policial

que se afaste do ethos do confronto e de todos os seus corolários que discutimos mais acima. O policial que trabalha nas UPPs, apesar de maioria do contingente ser de recém ingressos na Polícia Militar, ainda possui um fraco grau de identificação com o trabalho policial que tem que desempenhar nas UPPs e maneja mal o repertório profissional que deveria empregar. A formação oferecida ao policial militar fluminense ainda é mais eficaz para formar profissionais que incorporem o ethos do confronto do que aqueles que adotem novos horizontes para suas práticas que estejam mais em consonância com o policiamento de proximidade.¹⁹

As UPPs possuem, em quarto lugar, um problema de focalização em sua distribuição no Estado do Rio de Janeiro.²⁰ O mapa das favelas ocupadas não foi definido de acordo com critérios como os índices de homicídio, que seriam mais adequados por uma perspectiva da redução da violência letal. Foram priorizadas as áreas mais nobres da cidade, tanto na



¹⁸ Ver Rodrigues e Siqueira (2012).

¹⁹ Ibid. Ver também Sento-Sé (2010).

²⁰ Ver Cano (2012).

Zona Sul como na Zona Norte. Muitos bairros da Zona Oeste e municípios da baixada fluminense, por exemplo, que possuem historicamente altos índices de violência não foram cobertos ainda pelo desenho de implantação das UPPs. Isto corrobora o argumento de que o critério da criação de um cinturão de segurança que resguarda as áreas mais nobres da cidade se sobrepõe ao da redução da violência letal. Este problema de focalização é tributário da inexistência de uma política estadual de segurança pública que opere de acordo com um plano estadual de prevenção da violência. Avançou-se timidamente no Rio de Janeiro no campo da participação da sociedade na construção das políticas públicas de segurança. Não há um plano de prevenção elaborado, legitimado e monitorado em conjunto com a sociedade fluminense, suas lideranças e representações. Em momentos em que determinados setores das políticas públicas se fazem notar de modo mais agudo na vida cotidiana é fundamental que se abram os canais de diálogo, controle e intervenção da sociedade.

Este último ponto e as questões relativas à cultura policial no Brasil que abordamos até aqui nos colocam em diálogo com as duas outras questões que destacamos para a reflexão sobre a agenda de segurança pública no Brasil: a atuação policial nas manifestações que ocorreram desde junho e as violências que vêm no bojo dos megaprojetos e megaprojetos.

O desenho da distribuição espacial das UPPs está articulado com o pacote de intervenções daquilo que os executivos municipal e estadual têm chamado de "Cidade Olímpica". Este projeto tem grande impacto na cidade e toca em questões delicadas como remoções e grandes obras urbanísticas que alteram significativamente as paisagens e a fisionomia da cidade. Este processo que ocorre na cidade do Rio de Janeiro está articulado com um vetor de formulação e condução das políticas públicas que já está em marcha no nível nacional.

Os três últimos governos do PT (os dois mandatos de Lula e o de Dilma, que termina em 2014) possuem como marca a tentativa de conciliação entre o desenvolvimentismo e as políticas sociais. O governo Dilma, entretanto, tem atuado com uma ênfase maior no eixo de desenvolvimento. Conflitos entre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outros megaprojetos, como a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, e as populações que sofrem seus impactos se acirraram, portanto, nos últimos três anos. O governo federal tem demonstrado uma fraca capacidade de diálogo para a resolução desses conflitos e tem optado pela via repressiva como forma de lidar com as resistências das populações atingidas pelos megaprojetos, megaeventos e outras intervenções de viés desenvolvimentista.

No Rio de Janeiro, as obras de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016 têm produzido conflitos do mesmo tipo cuja resposta do Estado tem seguido o mesmo diapasão. O caso da Aldeia Maracanã teve grande repercussão neste contexto. Ao lado do estádio do Maracanã, cujas obras para a Copa atingem todo o seu entorno, está situado o prédio do antigo Museu do Índio que estava abandonado. Indígenas de diversas etnias ocupam, há anos, o prédio, reivindicando o direito de permanência na terra e também argumentando pela preservação da memória e do patrimônio histórico, e o rebatizaram de Aldeia Maracanã. Com as obras do estádio e de seu entorno, o governo estadual tinha a proposta de remoção dos indígenas e demolição do prédio. Após diversos confrontos entre a polícia e os moradores da Aldeia Maracanã, o governo recuou e o prédio continua ocupado pelos indígenas.

Tanto no caso da Aldeia Maracanã como em outras manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro desde junho de 2013, o executivo estadual mobilizou as instituições policiais com uma abordagem meramente repressiva e marcada por abusos e desproporcionalidades no

uso da força. As redes sociais acumulam vídeos e outras imagens produzidas por manifestantes e jornalistas com atos de violência arbitrária por parte da polícia. O mesmo ocorreu em São Paulo e em outras capitais do país. **Não seria exagero dizer que estes abusos violentos cometidos nas manifestações são uma "amostra grátis" das violações e arbitrariedades que as polícias brasileiras dirigem cotidianamente às populações em situação de vulnerabilidade e nos espaços estigmatizados das cidades.** Não foi por acaso que a agenda da desmilitarização, que, há anos, vem sendo debatida por pesquisadores, militantes e mesmo por setores das polícias, ganhou fôlego no contexto das manifestações de junho.

Os casos das UPPs e da repressão policial às situações de resistência civil são exemplares para o aprofundamento

da discussão sobre a necessidade de reformas institucionais no campo da segurança pública no Brasil. É necessário que as polícias sejam repensadas sob parâmetros mais adequados às prerrogativas da democracia. É importante também que o Estado deixe de ter o controle absoluto destas instituições mobilizando-os muitas vezes de modo repressivo e arbitrário. A bandeira da desmilitarização não é exclusiva da sociedade civil, há setores das polícias que estão mobilizados em torno de tema e que devem estar presentes no diálogo em torno deste debate. Não se pode prescindir, para isso, da construção de canais de participação e intervenção da sociedade para a construção de políticas públicas em diálogo com o Estado e suas instituições.

Referências bibliográficas

- BRETAS, Marcos. "A Polícia carioca no Império". Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998, pp. 210-234.
- CANO, Ignácio. Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ISER, 1997.
- _____. 'Os donos do Morro': Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. São Paulo, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e CAF, 2012.
- DECRETO Nº 42.787, de 6 Janeiro de 2011. Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- INESC. Pronasci. Abandono sem Revisão. Brasília, INESC, 2012.
- MACHADO da SILVA, L. A. Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. São Paulo, Nova Fronteira, 2008.
- MELLO, Dorian Borges de e CANO, Ignácio. Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012.
- RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. "As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro". in RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Mauricio. (orgs.). Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões. Comunicações do ISER. Rio de Janeiro, ISER, n. 67.
- SENTO-SÉ, João Trajano. Condições de trabalho e formação das polícias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência, Faperj, 2010.
- WAISELFISZ, J. Mapa da Violência 2013. Brasília, CEBELA; FLACSO, 1997.
- ZALUAR, Alba. "Dilemas da Segurança Pública no Brasil". in Desarmamento, Segurança Pública e Cultura da Paz, Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2005.

ADOLESCÊNCIA, VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO²¹



“O bandido visível nasce em bairro de pobres, é subnutrido, aplaca a fome com cola, com crack, não estuda, apanha e é submetido a sevícias em casa, na rua, na Febem, mais tarde, nas delegacias de polícia. Aprende a empunhar a arma desde cedo, único meio de afirmação da sua existência e da sua reduzida autoestima. A violência sempre foi a mediação mais familiar que o liga à vida e no seu mundo, tão óbvio quanto manejar uma arma, não há lugar para a fantasia, para o glamour, nem para o romance; toda perspectiva é imediata, sem rodeios, inclusive a necessidade premente de recorrer ao crime”. (Pinassi, 2006)

O aumento das desigualdades sociais tem forte influência, sobre as gerações mais novas, que se tornam vulneráveis aos eventos de violência, bastante representativos no

atual estágio de organização da vida social

A juventude e a adolescência são espelhos do que é a sociedade e refletem a crise do sistema de valores e do padrão de civilidade.

A adolescência e a juventude são momentos de aprendizagem e experimentação. É o período de construção, afirmação e reestruturação da personalidade. Isto acarreta angústia, rebeldia, dificuldade de relacionamento interpessoal e conflitos de valores.

A “rebeldia” da adolescência e juventude, associada à condição socioeconômica e étnico-racial, não se enquadra na ordem. Logo, precisam ser criminalizados e/ou exterminados.

A violência é a principal causa de mortes de jovens. Cresce o extermínio promovido por agentes do Estado que atuam na ilegalidade, traficantes e outros. A taxa de homicídio no grupo etário de 15 e 19 anos de ida-

de, é de 43,7%, que salta para 60,9% na faixa etária de 20 e 24 anos e atinge 51,6% entre aqueles de 25 a 29 anos.

Em 30 anos, a taxa de homicídios entre os jovens aumentou 204%, enquanto entre a população não-jovem a elevação foi de 100%.

Atualmente, no Brasil, de acordo com a Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 15.280 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) estão privados de liberdade (internação e semiliberdade), enquanto 4.215 aguardam sentença na internação provisória. No Pará, existem cerca de 350 adolescentes privados de liberdade, incluindo internação, semiliberdade e internação provisória.

Os adolescentes apreendidos têm pouca escolaridade e são oriundos de famílias cuja renda familiar, em 75% dos casos, é inferior a dois salários mínimos. Entre seus pais, as ocupações que mais se destacam são pedreiros, ambulantes, empregadas domésticas e diaristas.

Do total de adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa, 61% não frequentavam mais o ambiente escolar quando cometeram atos infracionais.

Cerca de 80% dos atos cometidos pelos adolescentes são de natureza material, para, em geral, satisfazer um desejo que a desigualdade social os impede de usufruir (tênis de marca, celular, balde de cerveja, drogas ilícitas entre outros).

Cerca de 80% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas têm contato com drogas. E é droga de pobre. O elevado índice de drogadição destes adolescentes expressa um problema social da juventude, bem como revela a ineficiência do Estado, que não possui política pública efetiva voltada para este público.

O Estado não apenas não atende seus dependentes químicos, como os criminaliza. Basta vermos a Lei Anti-drogas.

61% dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo voltam a ser aprisiona-

dos por conta de novos atos infracionais cometidos.

Isto porque, ainda predomina o caráter punitivo do Estado, a negação de direitos e o desrespeito à Lei nº 12.594, que determinou a efetivação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

A alternativa apontada para os conflitos sociais envolvendo a adolescência e juventude não são políticas públicas ou incremento nos Orçamentos para as áreas sociais. Muito ao contrário, a solução acaba sendo mais punitiva.

Há toda uma campanha que reforça a criminalização da adolescência e juventude pobre, pedindo a redução da maioria penal e aumento do período de internação. Mas os dados contestam o senso comum que responsabiliza o público adolescente e jovem como responsável pela violência, pois cerca de 90% dos registros policiais são tipos de violência cometidos por adultos

O discurso predominante da mídia vai na contramão. Além de criminalizar a adolescência e juventude, constrói socialmente o perfil do adolescente/jovem criminoso: negro/pardo e morador da periferia. E assim temos a juventude negra nos editoriais policiais enquanto a juventude branca é retratada nas editoriais de comportamento.

Finalizando, gostaria de ressaltar que não se trata de santos ou demônios, vilões ou mocinhos, mas de vítimas de um sistema que exclui, oprime e violenta homens e mulheres, quando não lhes garante direitos básicos que estão na Constituição Federal.

A pobreza, que é a mais trágica das formas de violência, não é combatida, tampouco há a intenção de eliminá-la, pelos diferentes governos, federal, estadual e municipal, que dão sustentação a essa política econômica.

Pobre não é caracteristicamente criminoso, mas o criminoso é caracteristicamente pobre.

²¹ Max André Costa, jornalista, mestre em ciência política, coordenador do Programa Pró-DCA da Unipop. Texto elaborado como subsídio à sua apresentação na oficina, durante o seminário

COMPLEXO DA MARÉ: ORGANIZAÇÃO E RESISTÊNCIA²²

O Complexo da Maré é uma área da cidade do Rio de Janeiro que historicamente sofre com a problemática da violência policial. Desde fins de 2012, quando se intensificaram os rumores de implantação da Unidade de Polícia Pacificadora [UPP] na Maré, tem sido constantes as incursões do Batalhão de Operações Policiais Especiais [BOPE] na região, o que tem causado drásticas mudanças na rotina dos moradores. Ademais, em junho de 2013 o BOPE realizou uma operação que teve como saldo a morte de 09 pessoas, algumas destas casos de execução, conforme relatado pelos moradores. Em fins de 2012, o Observatório de Favelas²³, a Redes de Desenvolvimento da Maré²⁴ e a Anistia Internacional lançaram a campanha “Somos da Maré e temos direitos”, pela qual foram distribuídos adesivos e folders com orientações para moradores se prevenirem contra possíveis abusos de policiais foram distribuídos.

Como organização da sociedade civil existente desde 2001, o Observatório de Favelas se estrutura a partir de um projeto de cidade tendo a favela como referência. Atuando em 5 áreas temáticas distintas [Políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Cultura; Direitos Humanos], porém inter-relacionadas. As ações de produção de informação e construção de metodologias contribuem na formulação e avaliação de políticas públicas voltadas para a superação das desigualdades sociais.

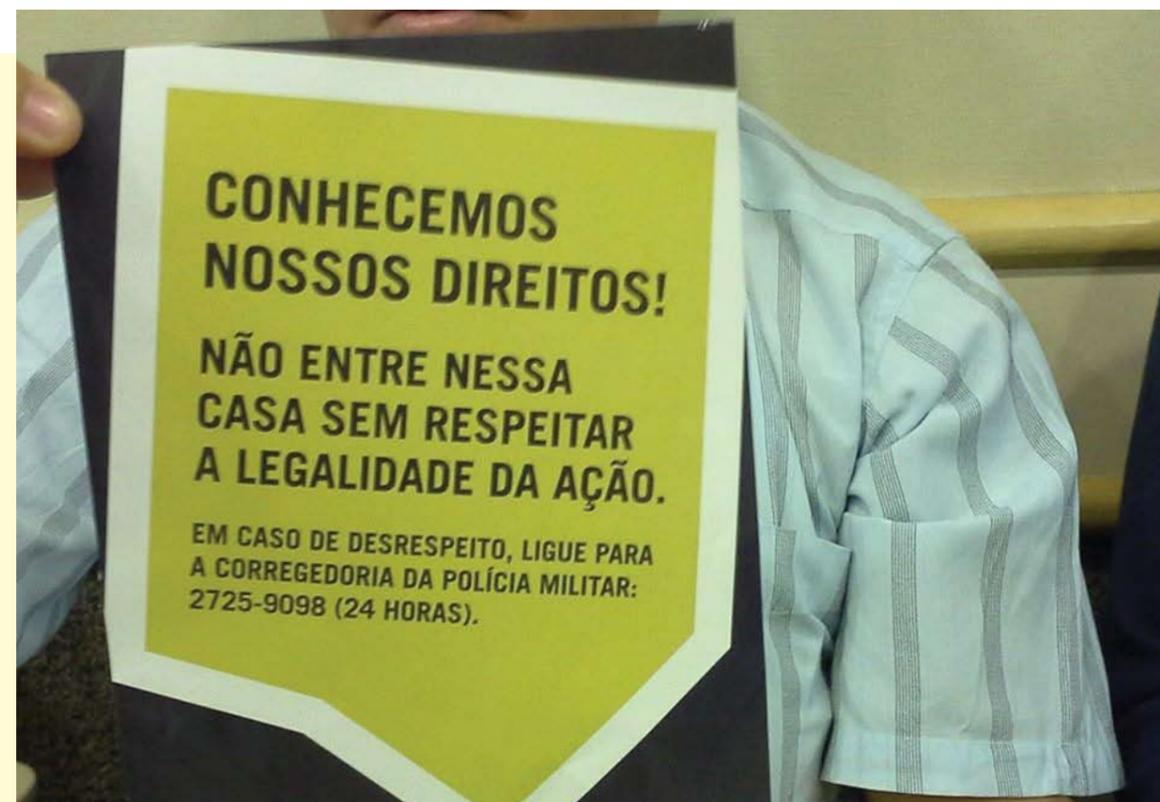
No âmbito da temática da Segurança Pública, desenvolvem os Programas Rotas de Fuga e o de Redução da Violência Letal Contra Jovens e Adolescentes [PRVL]²⁵. O Rotas de Fuga, desenvolvido entre 2004 e 2007, teve como objetivo contribuir para superação das condições que levam crianças e jovens a participar de atividades ilícitas, em particular, do tráfico de drogas

no varejo. O programa contou com uma pesquisa longitudinal [2004 a 2006] que acompanhou 230 crianças e jovens que trabalhavam no tráfico de drogas em 34 favelas do Rio de Janeiro. A partir deste estudo, foram desenvolvidas ações de sensibilização da sociedade sobre o fenômeno da violência letal infanto-juvenil, bem como ações de prevenção voltadas às crianças e jovens com possibilidades de inserção nas redes ilícitas. No decorrer da pesquisa, 45 jovens foram assassinados, ou seja, praticamente 20% do total dos jovens acompanhados.

Criado em 2007, o Programa de Redução da Violência Letal contra jovens e Adolescentes (PRVL) é uma iniciativa de grandes proporções que contempla hoje 16 regiões metropolitanas. Realizado em conjunto com o UNICEF e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o PRVL é desenvolvido em parceria com o Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [LAV-UERJ]²⁶. O programa visa contribuir para que as mortes violentas de adolescentes tenham uma atenção qualificada na agenda pública, atuando assim na sensibilização, mobilização e articulação política e no desenvolvimento de metodologias de prevenção e mecanismos de monitoramento de índices de homicídios infanto-juvenis.

A construção de metodologias condizentes a cada realidade, no sentido de potencializar ações políticas, é fundamental para inserção e capilaridade no território.

Por sua vez, a Redes de Desenvolvimento da Maré é uma organização fundada por moradores e ex-moradores da Maré que desenvolve 30 projetos espalhados em 5 eixos centrais de atuação: Desenvolvimento Territorial, Educação, Segurança Pública, Arte e Cultura e Comunicação. A missão institucional gira em torno da construção



de uma rede de desenvolvimento territorial por meio de projetos que articulam diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré. Esta seria a maior diferença com o Observatório de Favelas: a Redes foca todas suas ações apenas no âmbito da Maré enquanto que o Observatório tem um trabalho realizado para além do bairro, tendo projetos de amplitude nacional.

No eixo Comunicação, está em circulação o Maré de Notícias, jornal mensal que teve sua primeira edição em dezembro de 2009 e que tem por objetivos aumentar o fluxo de informações de qualidade sobre a comunidade e mostrar a Maré como os moradores a vêem. No eixo Educação, tem parceria com 8 escolas locais e com o pré-vestibular comunitário [hoje chamado Rede de Saberes], primeiro projeto da Redes e que congrega aspectos da educação formal com atividades de outros projetos. Ademais, são promovidas constantes discussões políticas com os alunos acerca de temáticas que afetam o cotidiano da comunidade. Com relação à Cultura, gerencia a Lona Cultural Herbert Vianna, equipamento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, visando o

pleno acesso dos moradores de diferentes partes da cidade às variadas manifestações artísticas e culturais. No que diz respeito à Segurança Pública a Redes tem se manifestado sobre as constantes incursões policiais no território, bem como sobre a iminente chegada da UPP no local. Por fim, cabe destacar a produção do Guia da Maré, iniciativa da Redes com o Observatório, resultado do Censo Maré, que traz o mapeamento cartográfico de uma área que costumava ser representada apenas como uma mancha no mapa.

Articulado à Redes, funciona na Maré o grupo Conexão G. O Conexão G nasceu da iniciativa de 5 amigos que moravam na Nova Holanda e Parque União²⁷ que começaram a discutir os casos de homofobia na Maré. Tem como foco de discussão a homossexualidade no âmbito da periferia. Neste sentido, é demasiado importante a articulação com as temáticas Educação, Saúde, Trabalho e Renda e Segurança Pública. A partir das conversas que realizavam nas madrugadas com as travestis do bairro, perceberam como se engendravam as práticas de violência contra a população LGBT.

²² Texto sistematizado por Tiago Regis para esta publicação
²³ <http://observatoriodefavelas.org.br/>
²⁴ <http://redesdamare.org.br/>
²⁵ <http://prvl.org.br/>
²⁶ <http://www.lav.uerj.br/rio>

²⁷ Nova Holanda e Parque União são 02 das 16 favelas integrantes do Complexo da Maré.

SEGURANÇA PÚBLICA E O IMPACTO NA VIDA DAS MULHERES²⁸

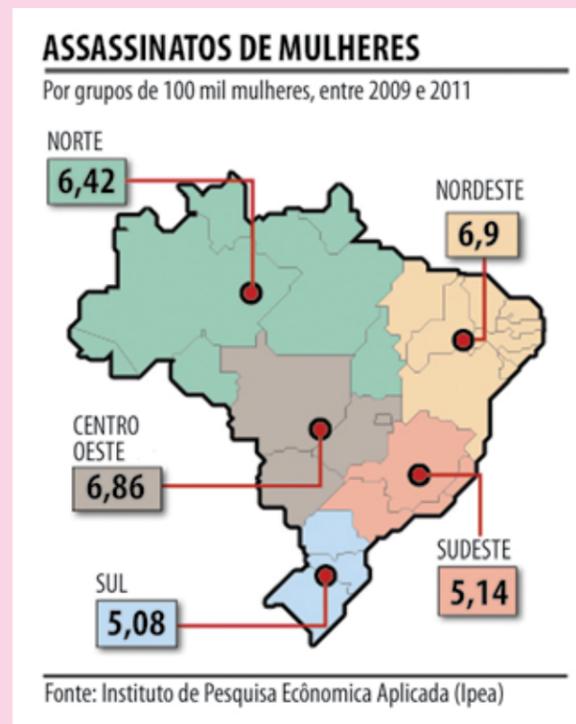
O primeiro ponto para iluminar nossas reflexões e provocações sobre o tema proposto é quanto ao contexto de (in)segurança pública que marca as nossas vidas, em vários tempos da história, e que resulta numa ação estatal pautada pelo autoritarismo, com abordagens de controle e vigilância sobre àqueles(as) que vivem em situação de pobreza, no estilo de vigiar e punir.²⁹

É marca característica da sociedade brasileira, está em seu mito fundador, o elemento corretivo como questão disciplinadora e mecanismo de manutenção da ordem e dos valores de uma sociedade conservadora, cuja característica principal é a desigualdade social, econômica, política e cultural.

Há, portanto, no contexto neoliberal um paradoxo, qual seja: maior estado punitivo e menor estado social e econômico colaborando para a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Em um segundo ponto resta trazer para nossa roda de reflexão a leitura sobre as várias expressões da violência a partir do sujeito político mulher. Dando centralidade nas análises a forma como esta vivencia as diversas formas de violência urbana e doméstica, seja na casa ou na rua, no público ou no privado.

E neste sentido, este fenômeno precisa ser compreendido em uma dupla perspectiva: (1) na visão feminista a violência ocorre em diferentes contextos, e é um instrumento de dominação sobre as mulheres associada as desigualdades de gênero, marcada pelos sentidos culturais do padrão da sociedade patriarcal, capitalista e racista. (2) Na perspectiva da questão urbana esse modelo excludente de cidade e as inúmeras dominações sobre o espaço territorial acaba por subordinar e confinar a vida das mulheres ao espaço doméstico com poder sobre as suas vidas.



Um terceiro elemento para reflexão é a violência e o contexto da insegurança pública nas cidades e seu impacto na vida das mulheres. O direito de viver a cidade é um direito coletivo e está associado a ter acesso aos bens produzidos no interior desta. Somado a possibilidade de transformar o espaço urbano atendendo aos desejos e necessidades reais de quem nela habita.

É importante entender que a cidade, territorialmente falando, se estrutura de forma a representar nossos anseios e também expressa a lógica da reprodução das desigualdades e da segregação, impondo a nós – homens e mulheres – a viver de forma diferenciada esse ambiente territorial, de viver e conviver com o espaço e dinâmica da cidade.

Observando o ambiente territorial urbano,

o poder é exercido sobre ele, seja pelo Estado Policial, Social, Narcotráfico, e acaba tendo como resultado a subordinação das mulheres a esse espaço construído e dominado sobre a lógica do poder masculino. O confinamento de mulheres ao espaço doméstico é, em alguns casos, dominado e subordinado ao poder do tráfico, que incide sobre o domínio no território e sobre os corpos e a vida das mulheres de diferentes gerações. Essa é uma lógica machista permeada pela desvalorização da mulher – menos valor e menos poder para as mulheres.

A violência se intensifica neste território e, sendo o corpo das mulheres parte deste território, é visto cotidianamente como pertencente àqueles que tem o domínio sobre. São as mulheres que sofrem diariamente pela violência no espaço doméstico e também no espaço público pela carência na rede de serviços e de infraestrutura que em tese seria um vetor para garantia de direitos.

A sociedade brasileira, portanto, traz em seu caldo cultural os parâmetros de uma sociedade patriarcal, na qual a vida está organizada para atender a ordem e necessidades do homem branco, heterossexual. Esta ordem reproduz a cisão entre público e privado e reproduz valores que reafirmam o lugar da mulher confinada ao espaço doméstico e as tarefas de cuidados com a família.

A violência urbana é uma realidade e atinge de forma diferenciada a homens e mulheres. A violência contra a mulher é uma marca e uma expressão da violência sexista, própria do ambiente doméstico e caracterizada pela sua constância. Sua superação envolve uma análise plural e, em muitos casos, para as mulheres romperem com esse ciclo de violência faz-se necessário um apoio externo e uma rede de proteção e atendimento além do devido aparato legal.

No campo da política de segurança pública e cidades há uma vertente que defende a tese da criação de espaços urbanos seguros, tais como: melhor iluminação das vias públicas; disponibilização de uma rede de serviços coletivos – creche, lavanderias; ampliação do acesso para mobilidade urbana, entre outros. Essas iniciativas serviriam como mecanismo e garantia de uma maior segurança para as mulheres, na minimização dos riscos e vulnerabilidades ao qual estão sujeitas no espaço do território.

Este território, bairro, comunidade, parque ou favela, a depender do lugar de onde se fala, é caracterizado pela situação de pobreza e coloca as mulheres em situação de vulnerabilidade, seja pela via econômica, social, política e cultural. Isso se daria por diversas formas pela inserção das mulheres no trabalho informal, pela violência sofrida no ambiente doméstico, pelo poder do tráfico de drogas na vida das mulheres e de adolescentes, o que ao final revela a multiplicidade de dificuldades vivenciada pelas mulheres nestas áreas e em diferentes contextos.

Essas questões são objeto de reflexões do SOS Corpo em vários espaços de pertencimento (redes, fóruns de mulheres) e também nos momentos de formação e reflexão com agrupamento de mulheres. A violência contra a mulher não é próprio do ambiente urbano e/ou rural, mais parte de uma sociedade cujos valores estão marcados pelo patriarcado e pela violência sexistas atingindo mulheres de diferentes classes sociais e faixa-etária.

Como forma de enfrentamento da problemática temos a produção e socialização do conhecimento no campo da violência, e como intervenções públicas temos as vigílias, dossiês e análises sobre a execução de políticas públicas desse campo.

²⁸ Mércia Alves – Assistente Social, Educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia. Texto elaborado como subsídio para reflexões no GT Violência contra as mulheres. Promoção de PPM, realizada em 28 a 30 de outubro de 2013.

²⁹ Referência a obra de Michel Foucault, Vigiar e Punir.

2. Megaeventos e Megaempreendimentos e seus impactos nas cidades no Brasil: conjunturas, desafios e perspectivas.³⁰



“Se os megaeventos, por si, também não explicam a explosão social e política, por outro lado seria difícil imaginar tal explosão fora de um contexto marcado pela farras do dinheiro público e a entrega de nossas cidades às corporações, empreiteiras e cartéis organizados em torno da FIFA, em primeiro lugar, e do COI”. (Prof. Dr. Carlos Vainer)

A questão urbana brasileira é historicamente marcada pela conexão entre a violência pelo domínio do espaço urbano pelo e para os interesses do capital imobiliário e o caráter autoritário do Estado na determinação da forma e do regime de alocação de ativos nas áreas urbanas. Como consequência tem-se a substitui-

ção de interesses e modos de usos públicos das cidades por interesses e modos de usos privados, o que tem implicação direta sobre o caráter do planejamento e gestão das cidades, assim como sobre a sociabilidade urbana. A relação público-privado tem se aprofundado neste contexto e se manifestado na atuação de empresas privadas no planejamento e execução de políticas de interesse público, como educação e segurança.³¹

Caracterizada por um planejamento precário e excludente as cidades brasileiras se conformam em base a repetidos problemas urbanos, ambientais e políticos. Este cenário desigual e complexo alcança proporções ainda mais crítica com a implementação de megaprojetos e as

³⁰ Texto elaborado por Fernanda Pradal a partir das intervenções de Sandra Quintela (PACS), Gustavo Mehl (Comitê Popular Copa e Olimpíada), Evanildo B. Da Silva (FASE), Luana Xavier Pinto Coelho (Terra de Direitos) e das intervenções nos debates do Grupo de Trabalho sobre Megaprojeto e Megaeventos da Oficina Violência Urbana proposta por PPM.

³¹ Dois exemplos de empresas que tem atuado nesta relação o Estado são Vale do Rio Doce e ThyssenKrupp.

adaptações impostas para a realização dos megaeventos. A transformação das cidades em objeto de consumo trata a apropriação e desapropriação do espaço urbano como mercadoria, passando a operar na lógica da gestão de lucros e não do uso coletivo e da função social. Esta visão mercadológica transforma as grandes cidades do mundo em concorrentes pela recepção dos megaeventos internacionais.

Neste contexto, os conflitos presentes nos territórios referem-se à populações tratadas de forma injusta, violenta e desigual nos seus direitos básicos e revelam o quanto o modelo de desenvolvimento urbano é funcional ao modelo de desenvolvimento em curso no Brasil. O que parece estar em jogo para a questão urbana é um projeto de cidade que opera em curto prazo, com fins lucrativos e concentrador de riqueza.

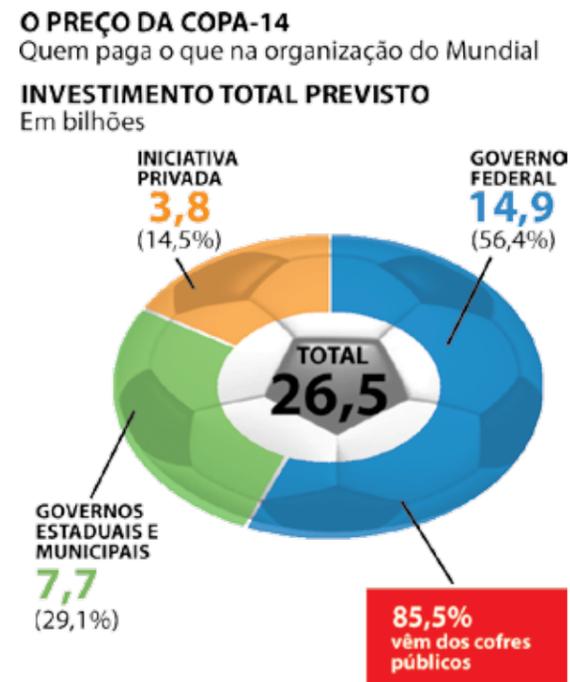
As experiências acumuladas de impactos de megaeventos e megaprojetos nas cidades demonstram a recorrência de fenômenos como: remoções e despejos, elevação do custo de moradia, criminalização da pobreza e da resistência, falta de transparência sobre projetos e usos dos recursos, ausência de debate público, flexibilização, desregulamentação e criação de leis excepcionais, elevação de orçamentos, cartelização pela fixação de preços, fraudes e manipulação de licitações e o legado de obras sem uso contínuo, chamadas popularmente de “elefantes brancos”.³² Vale destacar que, no que se refere especificamente à população desalojada de suas moradias no Brasil, a Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa (ANCOP) estima que até 2013 foram entre 170 a 200 mil pessoas atingidas.

Além disso, verifica-se uma relação direta entre os megaprojetos e megaeventos os quais tem propiciado maior visibilidade, gerado impacto e explicitado as contradições relativas ao direito à cidade. Esta relação se dá tanto pela lógica geral do neo-desenvolvimentismo brasileiro e

da mercantilização das cidades, quanto pelo fato de que são as mesmas empresas, em geral reunidas em consórcios, que implementam as obras tanto relacionadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas, quanto relativas a projetos de geração de energia, de exploração de minérios, entre outros.

As grandes corporações econômicas devem-se somar a elas os interesses dos conglomerados midiáticos, que restringem e direcionam as informações acessíveis ao conjunto da população, reforçando discursos massificados e conservadores, transvestidos de uma falsa neutralidade.

As organizações da sociedade civil e



movimentos sociais indicam que a cartelização dos interesses associados em torno dos megaeventos no Brasil tem ocorrido desde 2008, reunindo mídia, grandes corporações nacionais, especuladores, e o cartel empresarial internacional articulado pela FIFA e pelo COI. Estes grupos, ligados a instâncias do governo federal e dos estados e municípios, determinam o regime, o volume e a localização dos investimentos nos territórios. Nesta articulação, o governo federal aparece como o principal avalista dos megaeventos e empreendimentos em execução, além de financiar estádios, projetos viários, obras em hotéis etc. por meio de transferências de recursos do Tesouro para o BNDES.



Gráficos: Folha de São Paulo

Na mesma linha outra medida tomada pelo governo federal foi a autorização excepcional de novos níveis de endividamento dos Estados e dos Municípios, a qual viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder Público Federal tem promovido, ainda, isenções de impostos em favor da FIFA, do COI e de empresas associadas e tem executado, desde 2012, um pacote de privatizações ou concessões em infraestrutura em relação a portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, transporte urbano, saneamento, energia, hidrelétrica, presídios etc.

Esse contexto privatista e desenvolvimentista torna fundamental a reflexão sobre o impacto na vida local provocado pelas grandes corporações transnacionais.

Assim, apesar deste texto focar na questão brasileira, este fenômeno se passa também em outros países. Identidades têm sido formadas pela perversidade – grupos de pessoas identificam-se como “atingidos” – de um processo sem precedentes nas grandes cidades mundiais. Este cenário coloca para os movimentos e organizações da sociedade civil engajadas o desafio da resistência e das alternativas a esses modelos de forma articulada.

Uma questão levantada para os movimentos sociais é o endividamento do Estado e do Município decorrente de empréstimos tomados as organizações mundiais,³³ como o Banco Mundial e o Banco Interamericano, e sua consequência nas políticas públicas. Um exemplo é o anúncio em escolas do Município do Rio de Janeiro sobre a redução da merenda escolar em função de investimentos para os jogos pan-americanos.

Deve-se notar uma consequência mais genérica na vida na cidade que é a chamada “gentrificação” – fenômeno que consiste no encarecimento repentino do custo de vida em determinadas áreas de moradia da cidade. No Rio de Janeiro, os espaços de moradia popular têm sofrido

32 Ver: Centre on Housing Rights and Evictions. Mega Events and Housing Rights. 2007.

33 A estimativa de endividamento público é de 75 bilhões atualmente. No ano de 2012, foram gastos 5 bilhões apenas com juros, amortização e rolagem da dívida.

modificação dessa natureza, em especial com as implantação das chamadas UPPs (Unidades de polícia pacificadora) e do programa Minha Casa Minha Vida. Ambas políticas que tem sido altamente valorizadas pela grande mídia, mas que devem ter sua concepção e consequências analisadas desde a perspectiva dos moradores de favelas e periferias onde ocorrem.

Outra prática decorrente deste processo por parte do Estado é a criminalização de atos de protesto. A FIFA institui uma espécie de lei (não aprovada, mas em vigor na realidade) que proíbe a existência de comércio alternativo, entre outras atividades no entorno dos estádios de futebol, em um raio de 2 quilômetros. No Brasil, essas limitações se dão por meio da aplicação da Lei Geral da Copa. Essa região é conhecida como “território FIFA”, operada por uma empresa privada por meio de um mecanismo semelhante às parcerias público-privadas.

O exemplo da cidade do Rio de Janeiro: o Maracanã e os equipamentos esportivos, educacionais e culturais de seu entorno

Na cidade do Rio de Janeiro, um dos exemplos conhecido de violações e processos autoritários visando a realização de megaprojetos e empreendimentos é o caso do Estádio do Maracanã e o seu entorno.

Pautado pelo Fórum Popular do Orçamento e pelo Comitê Social do Pan, desde 2005, o tema dos megaprojetos esportivos tem tido grande impacto na cidade. As ameaças de remoções, do superfaturamento de obras e do endividamento do Estado são preocupações colocadas desde então. Além disso, é possível estabelecer um vínculo direto entre a preparação da cidade para estes eventos e os megaempreendimentos e projetos urbanísticos espalhados na Cidade do Rio de Janeiro, que tomam emprestadas os

grandes eventos esportivos para realização de megaprojetos em seu entorno.

Mais especificamente sobre a região do Maracanã, deve ser notada sua importância estratégica por estar no centro geográfico da cidade do Rio de Janeiro. É também uma das áreas de mais fácil acesso de toda a cidade, uma vez que conta com trem, metrô e linhas de ônibus vindas tanto da zona norte como da zona oeste da cidade. Além disso, no entorno do estádio estão equipamentos urbanos de valor histórico e cultural como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a Quinta da Boa Vista, a favela da Mangueira, a Escola de Samba Vila Isabel e as escolas públicas federais CEFET e Pedro Segundo.



As obras do maracanã e seu entorno reúnem uma série de questões como: as transformações do estádio do conglomerado esportivo do Maracanã – o estádio de futebol do Maracanã, o estádio de atletismo Célio de Barros e o parque aquático Júlio Delamare seriam demolidos para a construção de um shopping center e de um estacionamento; a remoção da favela do metrô; a remoção e demolição da Escola Friedenreich; e a remoção da Aldeia Maracanã com a demolição do prédio histórico do antigo Museu do Índio³⁴.

³⁴ O prédio abrigou o Serviço de Proteção ao Índio fundado por Marechal Rondon e o primeiro Museu do Índio do Brasil.

Cada uma destas demolições e remoções impactaram ou impactariam um grande contingente de pessoas a começar pelos próprios atletas e beneficiários de projetos sociais relacionados à prática esportiva;³⁵ os alunos, professores e funcionários da escola Friedenreich; os moradores da favela do metrô - sofrendo com a remoção, com um processos de desarticulação interna promovida pelo poder público, assim como pelo abandono de entulhos restantes de demolições realizadas pelo município; e os indígenas e ativistas ocupantes da Aldeia Maracanã, desde 2006, em reivindicação à implantação da universidade indígena autônoma, que sofreram com violenta remoção pelo batalhão de Choque da Polícia Militar e a destruição de parte do entorno do prédio.

É certo que algumas as conquistas das resistências devem ser ressaltadas. A audiência pública sobre a concessão do Maracanã, realizada em novembro de 2012 para cumprir formalidades pelo governo do Estado, transformou-se em um grande ato coletivo contra a privatização e a proposta por ela trazida. Alguns resultados do processo de resistência foram a permanência da escola Friedenreich que desde 2006 realiza atividades na Aldeia Maracanã e o Maracanãzinho; o embargo das obras do Parque Aquático Júlio Delamare que recebe usuários da rede pública de saúde e espera sua reabertura; e a Aldeia Maracanã, que reocupou o prédio do antigo museu do Índio, logrou o tombamento municipal do edifício e segue reivindicando o reconhecimento daquele espaço, tido como sagrado para os povos indígenas, e a implantação da universidade indígena autônoma.

O Comitê Popular da Copa e Olimpíada aponta que todo o processo de definição dos rumos das obras e dos equipamentos esportivos, educacionais e culturais do entorno do Maracanã foi marcado pelo autoritarismo, pela ausência

³⁵ Cerca de 13 mil pessoas participavam de projetos sociais no parque aquático Júlio Delamare, que foi demolido em parte.

de participação e debate público e pela relação personalista entre o governador do Estado e a empresa responsável pela privatização, características de processos semelhantes em outros lugares do mundo. Neste sentido, da perspectiva dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil engajadas nesta luta, o legado da Copa do Mundo no Brasil será a dívida pública e a perda democrática.

Experiências de resistência, desafios e perspectivas da luta

A partir do acúmulo de experiências de impactos nas cidades brasileiras, no qual o exemplo do Rio de Janeiro é apenas mais um em todo o país, explicitam-se importantes experiências da resistência dos movimentos e organizações da sociedade civil assim como desafios e futuras perspectivas.

No que se refere às experiências práticas positivas para os processos de resistência, pode-se ressaltar a iniciativa de elaboração de dossiês de violações de direitos que têm foco nos grandes violadores, os quais podem ser, por exemplo, a FIFA e o BNDES. Além disso, a prática de monitoramento de projetos de lei, conforme tem sido feito em Curitiba, também pode ser efetiva para a luta. A experiência lançada no Rio de Janeiro e, posteriormente replicada no Pará, do Encontro Popular de Segurança Pública e Direitos Humanos (ENPOP) demonstrou-se muito interessante para a aglutinação de diferentes atores engajados em múltiplas frentes de luta.

Em termos de desafios práticos para a resistência a esses processos, o acesso a informação tem se mostrado um grande obstáculo e um desafio, vivenciado por exemplo, na experiência dos dossiês de violações. A esta questão soma-se a fragilidade dos mecanismos da institucionalidade democrática, como os conselhos das cidades e formulações de políticas

públicas que têm sido recorrentemente desmobilizadas ao longo dos últimos anos, e este é um tema a ser enfrentado. Isto porque essas instituições têm sido valorizadas historicamente por movimentos e organizações da sociedade civil.

No que se refere a desafios políticos mais profundos, uma série de questões surgem relacionadas ao modelo de desenvolvimento, de planejamento urbano e de controle social nas cidades. Além dessas e neste contexto, estão também colocados desafios de organização política dos movimentos e organizações da sociedade civil, assim como questões relativas à violência e segurança pública nas cidades.

A experiência dos Jogos Pan Americanos no Rio de Janeiro (2007) serve de exemplo dos desafios às ações de resistência. Sem conseguir reverter nenhum processo relevante dos jogos de 2007, resta a sensação de que são outros interesses, que não os interesses das lutas, que tem definido o recuo das pautas democráticas e de defesa de direitos. Fruto desta experiência geram algumas questões: Qual foi o ganho da realização dos Jogos de 2007? Onde devem se apoiar lutas futuras, uma vez que as lutas precisam de conquistas efetivas e não somente adaptações que visam não “perder direitos conquistados”? Ou como proceder em um cenário de fragmentação da esquerda e perda objetiva dos espaços coletivos de convívio social? Enfim, como inverter a perspectiva minimalista e “melhorista”? Como, além disso, fazer frente aos processos de criminalização das ONGs e como levar adiante o debate de seu marco regulatório?

No contexto dos processos violentos levados adiante pelo desenvolvimentismo e frente a este conjunto de questões cabem algumas reflexões. Não seria possível e importante se pensar em pequenas vitórias de incidência, articulações e interrupção de violações? O despertar político em que consistiram as manifestações de 2013 não seriam um indicativo positivo?

Apesar de muitas vezes os movimentos sociais sentirem-se lutando por questões pontuais frente às pautas estruturantes, não seria importante se pensar nos ganhos existentes mesmo na presença de processos violentos?

No entanto, abrem-se questões e outras possibilidades no interior dessas reflexões: essas pequenas vitórias são efetivamente conquistas dos movimentos e organizações engajadas ou flexibilidade do grande capital e assim desestimular análises mais profundas sobre megaprojetos e megaeventos e sua relação com o projeto de desenvolvimento brasileiro? Nesse sentido coloca-se também o desafio da articulação entre os temas do rural e do urbano, promovendo a politização do debate sobre o perfil da sociedade que queremos?

Para esta e outras reflexões uma estratégia que ganha força é a educação popular. Assim, a volta ao trabalho de base se colocaria como um caminho central para a promoção da participação e conhecimento dos Direitos. Nesse cenário, sugere-se ainda tornar as formas de resistência em organizações políticas.

No Rio de Janeiro, exemplo paradigmático no debate sobre intervenção em áreas de favela, destacam-se as práticas de remoção forçada e ação de ocupação policial por meio das unidades de Polícia Pacificadora (UPP), ações combinadas com uma política contínua do poder público municipal para remover ou restringir a construção de moradias.³⁶

A política de remoção e de incitação de divisão interna entre moradores é também uma prática recorrente. Exemplos da Vila autódromo e do Morro da Providência demonstram tal postura. Outro exemplo são as favelas da Babilônia e Chapéu Mangueira em que é aplicado um decreto que controla os edifícios. Uma análise presente no debate crítico é de que os movimentos e organizações da sociedade civil local têm perdido politicamente em seu próprio território, frente a uma avalanche

³⁶ Vale destacar a promessa de governo da gestão de Eduardo Paes de redução em 5% das favelas e não de sua remoção.

de políticas coercitivas e promessas assistenciais. A pergunta colocada, a partir deste cenário deveria ser: Como promover o fortalecimento associativo e crítico nesses territórios?

Além disso, a presença da polícia em regiões empobrecidas das grandes cidades é um debate urgente em todo o país. O exemplo das UPPs, no Rio de Janeiro, sugere um modelo de gestão de governo sobre esses territórios que está relacionado ao processo vertiginoso de transformação urbana da cidade como um todo. A UPP como política de segurança é o esteio da política urbana que uma determinada política econômica induz, promovendo a abertura e incorporação desses territórios à lógica de mercado pela indução de certo tipo de desenvolvimento econômico local. Desmontar esse modelo e sua forma de dominação poderia gerar a possibilidade de se construir outro modelo de gestão?

Como fazer frente ao nível de complexidade deste tema se moradores de

favelas com UPP aprovam e os de favelas sem UPPs demandam sua instalação? A vida na favela acontece no contexto de disputas por território o que implica em uma vida muito difícil, legitimando o que parte do moradores consideram as UPPs são um “mal necessário”. Em resumo é perfeitamente compreensível de que aqueles que residem nestas áreas demandem uma alternativa para além da crítica radical, pois estão em busca de uma política pública consistente que impeça a opressão proveniente dos grupos ilegais, mas que também proteja dos abusos oriundos das forças estatais. Mesmo havendo carência do debate público sobre as UPPs e sendo esta uma política em formulação, vem sendo vendida para fora do país como um grande sucesso pelo poder.

A pergunta sobre os benefícios trazidos pela UPP não deve, portanto, afastar os movimentos e organizações da crítica dura e da possibilidade de se criar outro espaço, uma vez que o Estado sempre esteve presente de forma violenta nesses



Foto: Adenor Gondim

territórios. O desafio é fazer o debate da segurança pública com o conjunto da sociedade em busca de caminhos responsáveis, estruturantes e duradouros.

Assim, deve-se dirigir a questão à sociedade como um todo: como redefinir o papel da polícia nesses territórios? Seria a possibilidade de aprofundar a crítica e se pensar o controle da polícia? O tema das UPPs é delicado e necessário. Por isso, deve ter o debate ampliado para vários atores.

Outro tema diz respeito à continuidade das mobilizações que estiveram presentes em todo o país em 2013 com diferentes pautas e reclames. No cenário pós-Copa do Mundo, como seguirá a mobilização? Como estabelecer uma conec-

xão global de modo que os movimentos e organizações possam pensar horizontes de atuação, conectar-se e fortalecer-se?

Por fim, é importante assinalar que a reflexão sobre a pauta da violência demonstra-se mais ampla e manifesta-se de diversas formas, para além da questão da segurança pública. Nela está incluída, por exemplo, a conflitividade entre jovens na disputa pela venda e consumo de drogas em todas as grandes cidades do Brasil, assim como a violência doméstica contra a mulher, que alcança níveis altíssimos no país. Nesse sentido, parece oportuno inserir as distintas formas de violência nas agendas das organizações e como tema de cooperação internacional?

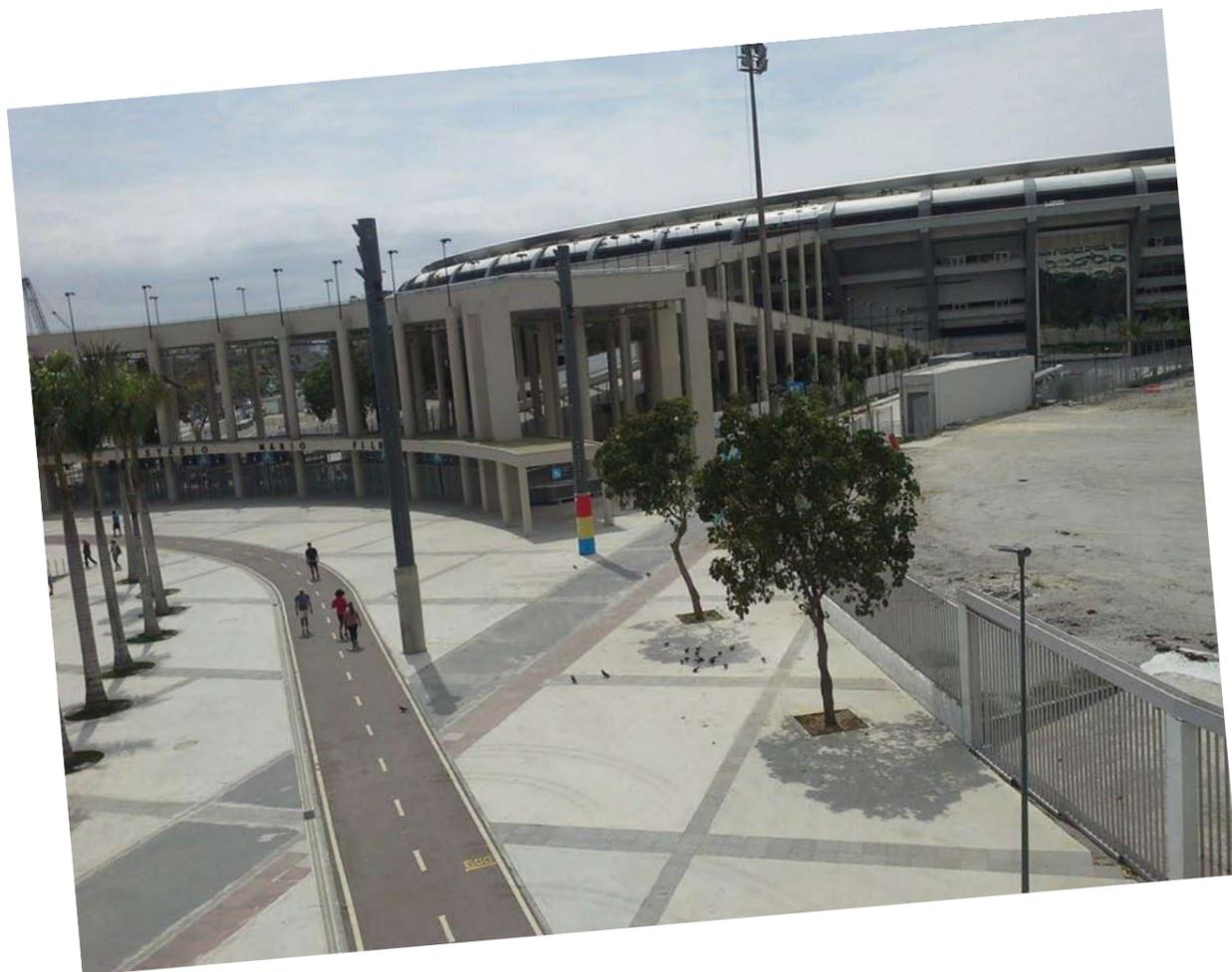
3. Ações e Articulações: Fortalecimento Institucional da PPM e dos Parceiros

Os múltiplos desafios levantados e as experiências acumuladas por organizações da sociedade civil em suas lutas em conjunto com movimentos sociais devem ser enfrentados nos caminhos das perspectivas que se abrem com intervenções práticas de resistência a partir da articulação das instâncias de luta, como são os Comitês Populares da Copa e Olimpíada, o investimento na politização de discursos e práticas, a valorização da educação popular e do trabalho de base e o fortalecimento de mecanismos efetivos de participação no campo das políticas públicas, com aprofundamento do debate sobre políticas de segurança pública.

A problematização em torno dos modos de intervenção nas diferentes conjunturas teve grande ênfase no debate dos grupos de trabalho durante a oficina. Seja através de estruturas instituídas, como os marcos legais e os conselhos de políticas públicas, seja nas diferentes lidas organizacionais, como a produção de um diálogo com o diferente. Os modos de fazer, operar no cotidiano, atravessaram as falas dos participantes. Ressalta-se, portanto, a importância da articulação institucional bem como a construção de estratégias objetivas de planejamento e organização para intervenções que promovam de fato transformações efetivas.

Nesse sentido foram apontados alguns **desafios que devem ser enfrentados pelas organizações e movimentos**, quais sejam:

- Pautar a integração das políticas públicas e a intersetorialização das ações.
- Pautar e trabalhar para a abertura dos poderes públicos ao diálogo com as experiências dos movimentos sociais, criando assim um espaço potente de interlocução.
- Pensar estratégias de boicote aos megaeventos e megaprojetos como resposta às políticas de precarização da vida implementadas pelo Estado.
- Fortalecer os mecanismos de controle social e participação no campo das políticas públicas, aprofundando principalmente o debate sobre o tema da Segurança Pública.
- Investir esforços no debate do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil para a sua aprovação no Congresso Nacional.
- Participar das redes que estão discutindo o tema da Reforma Política.
- Investir no trabalho de base para qualificação e politização dos discursos e ações.



- Incorporar nas ações e iniciativas institucionais a perspectiva geracional e apropriar-se do debate sobre a questão da juventude e suas interfaces com as dimensões de gênero, raça e LGBT.
- Apropriar-se das ações e instrumentos da Plataforma DHESCA.
- Enfrentar os diversos tipos de violência praticada pelo Estado.
- Fortalecer a sociedade civil por meio de alternativas de sustentabilidade político-econômicas.
- Lidar com as expectativas locais a partir do debate sobre os modelos de desenvolvimento buscando mediar as grandes determinações econômicas e a vida cotidiana, respeitando e reconhecendo o processo de enraizamento local.
- priorização das agendas da Sociedade Civil que tenham como norte o fortalecimento das ações diretas;
- incorporação das alternativas e possibilidades de sustentabilidade, tanto política quanto econômica, nas ações institucionais, tendo como horizonte o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
- É importante ainda avançar no debate da Qualidade de Vida sem abrir mão de escolhas básicas fundamentais, operando na interface combinatória das expectativas locais com o modelo de desenvolvimento econômico que queremos e
- expandir a agenda da Defesa de Direitos da Mulher para todo o conjunto da sociedade.

Mas não se ficou somente nos desafios, a plenária final do evento apontou **orientações e encaminhamentos que podem dar conta de ampliar o debate e fortalecer a sociedade civil nos processos de denúncia, resistência e anúncio**. Portanto é necessário promover:

- a integração dos Comitês da Agendas de Convergências e dos Comitês Populares da Copa locais visando minimizar os impactos negativos na vida das cidades e dos moradores;
- construção e socialização de metodologias de conhecimento para qualificação das intervenções;
- Criação de espaços de trocas de experiências entre as instituições parceiras da PPM.
- Promoção de encontros locais, regionais e nacionais dos parceiros da PPM incentivando a ação conjunta.
- Priorização da luta pela aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.
- O fortalecimento do trabalho de base, das ações e articulações em rede e do processo de incidência política.
- Articulação institucional com os Comitês Populares da Copa locais.

Anexos

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES

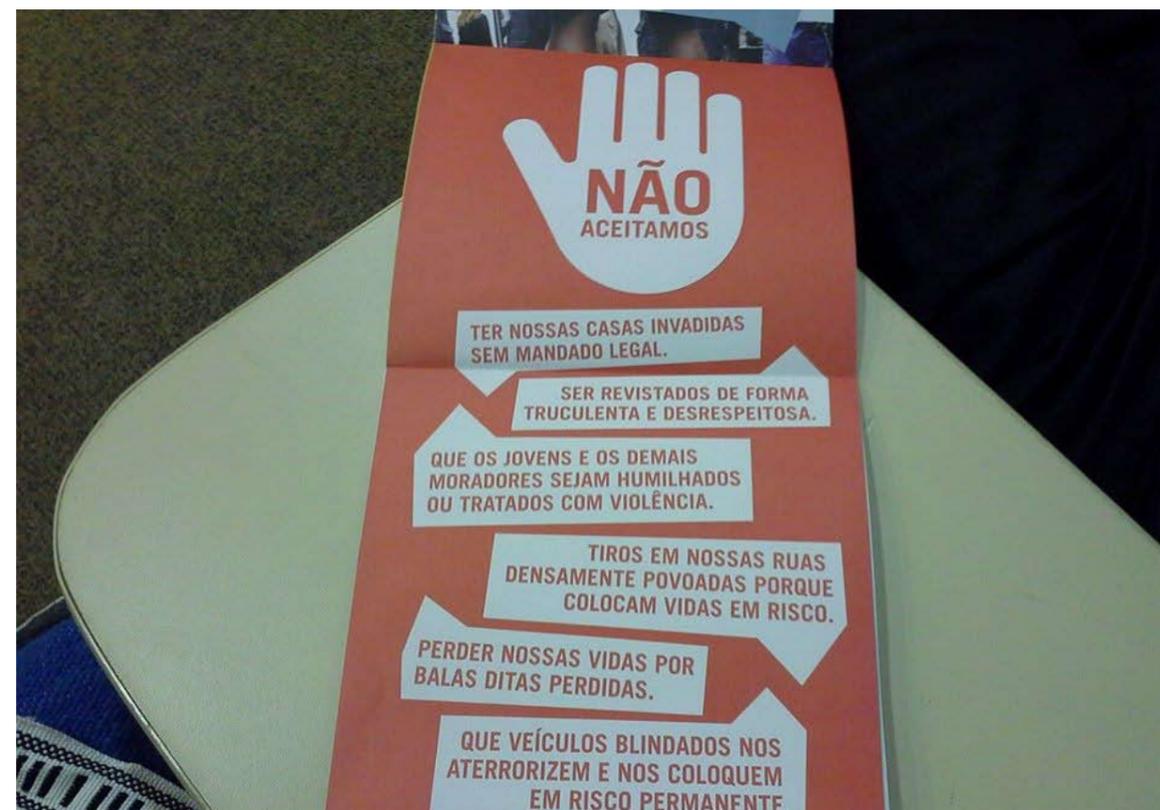
	Entidade	Cidade/Estado	Representante
1	CECA	São Leopoldo/RS	Claudio Becker
2	Cendhec	Recife/PE	José Ricardo
3	CESE	Salvador/BA	José zanetti
4	CRIA	Salvador/BA	André Araujo
5	DIACONIA	Fortaleza/CE	Eliane Maria
6	DIACONIA	Recife/PE	Armando Klumb
7	FASE	Recife/RJ	Evanildo Barbosa
8	FASE	Rio de Janeiro/Rj	Joana
9	FLD	Porto Alegre/RS	Marilu Menezes
10	FLD	Curitiba/PR	Cibele Kuss
11	Fundo Brasil D.H.	São Paulo/SP	Maria Chiriano
12	GAPA	Salvador/BA	Camila Pimentel
13	IBASE	Rio de Janeiro/RJ	Itamar
14	INESC	Brasília/DF	Carmela Zigoni
15	ISER	Rio de Janeiro/RJ	Pedro Strozenberg
16	KOINONIA	Rio de Janeiro/RJ	Marilia Schüller
17	PACS	Rio de Janeiro/RJ	Joana Seabra
18	REJU	São Paulo/SP	Daniel S. Souza
19	REJU	Duque de Caxias/RJ	Deise Boechat
20	Se Essa Rua Fosse Minha	Rio de Janeiro/RJ	Jô Ventura
21	SDDH Pará	Belém/PA	Anna Claudia Lins
22	SOS CORPO	Recife/PE	Mercia Alves
23	Terra de Direitos	Curitiba/PR	Luana Xavier
24	UNIPOP	Belém/PA	Patricia Maria
25	UNIPOP	Belém/PA	Max André
26	ELO	Salvador/BA	Fátima Nascimento
27	ELO	Salvador/BA	Maria Elisa Huber Pessina
28	PPM	Berlim/Alemanha	Tina Kleiber
29	PPM	Berlim/Alemanha	Mathias Fernsebner
30	ISER-Facilitadora	Rio de Janeiro/RJ	Fernanda Pradal
31	ISER - Facilitador	Rio de Janeiro/RJ	Thiago Régis
32	ISER - Facilitador	Rio de Janeiro/RJ	André Rodrigues

ANEXO II

AGENDA

	28 de outubro de 2013	29 de outubro de 2013	30 de outubro de 2013
MANHÃ	Recepção das/os participantes	09:00hs Troca de experiências sobre estratégias e metodologia de trabalho das organizações parceiras (GT por grupo de interesse: militarização de favelas; violência contra grupos criança, adolescentes e jovens;; violência contra mulheres; segurança pública).	09:00hs Sugestões para o fortalecimento da ação de PPM e dos parceiros em relação ao tema. 12:00hs Encerramento
TARDE	14:00hs Abertura Painel sobre Insegurança Pública e violência urbana Debate	Visita a duas comunidades do Rio de Janeiro: 1) com presença de UPP; 2) impactada diretamente pela realização de obra relacionada aos megaeventos.	Retorno dos participantes
Noite	Livre	Confraternização	

EM CARTAZ



Brot
für die Welt

